Operação conjunta contra facção criminosa cumpre 132 mandados em Minas e mais três estados e bloqueia cerca de R\$ 18 bilhões

Qui 25 setembro

A [Polícia Militar de Minas Gerais \(PMMG\)](#) e o Ministério Público de Minas Gerais (MPMG), por meio do Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco), deflagraram, nessa quarta-feira (24/9), a Operação Custos Fidelis. O objetivo da ação, que também contou com o apoio da Polícia Civil e o Gaeco do Amazonas, é combater a lavagem de dinheiro oriunda do tráfico de drogas comandado pela organização criminosa Família Teófilo Otoni (FTO), afiliada ao Comando Vermelho (CV).

A operação resultou em 83 ordens de bloqueios, no valor de R\$ 223,5 milhões em contas bancárias e criptoativos, totalizando mais de R\$ 18 bilhões; 48 mandados de prisão e 84 mandados de busca e apreensão nos estados de Minas Gerais, Amazonas, Rio de Janeiro e Espírito Santo.

Oito veículos foram apreendidos e um imóvel de alto padrão na praia do Patacho, em Alagoas, avaliado em R\$ 3,9 milhões, foi tornado indisponível.

Os mandados foram expedidos pela 1ª Vara Criminal de Teófilo Otoni.

“Hoje nós temos a etapa mais importante dessa operação até aqui, mirando o núcleo financeiro da organização criminosa, o que é uma prioridade para o [Governo de Minas](#)”, disse o vice-governador Mateus Simões durante entrevista coletiva que detalhou a operação.

“Nós não permitiremos que o Comando Vermelho ou nenhuma outra facção criminosa se instale dentro do estado de Minas Gerais sem reação da polícia. Em Minas Gerais, o monopólio da força e o controle da violência é do Estado. E o Estado vai agir com força quando necessário para garantir que a ordem seja mantida e que prevaleça”, acrescentou Simões.

Já o procurador-geral de Justiça de Minas Gerais, Paulo de Tarso, destacou o trabalho conjunto entre o Governo de Minas e o MPMG. “Para enfrentar algo organizado, temos que estar ainda mais organizados, com articulação e inteligência, como neste caso. Agora, desejamos que os valores dessa organização sejam declarados como perdidos e revertidos para os cofres do Estado para que retornem à população mineira”, disse Paulo de Tarso.

Estrutura empresarial do crime

As investigações revelaram que a FTO opera com núcleos estruturados de logística, finanças e ataques armados. Entre as táticas utilizadas, destaca-se o uso de fuzis e uniformes policiais em execuções de rivais, aumentando a letalidade dos ataques e gerando intimidação à população.

Ainda segundo as investigações, em menos de um mês, a organização adquiriu R\$ 8,4 milhões em drogas com fornecedores do CV que operam diretamente do Amazonas. A lavagem de dinheiro era sustentada por empresas de fachada nos setores de gás liquefeito, internet, câmbio e, principalmente, comércio atacadista de pescados.

As investigações apontam que cada uma dessas empresas movimentava valores da ordem de R\$ 25 milhões por ano, recebendo depósitos pulverizados de todo o país, inclusive de Teófilo Otoni e Belo Horizonte, zonas de atuação da FTO.

Relatórios de inteligência financeira identificaram depósitos fragmentados que somaram R\$ 2,3 milhões em uma única semana, prática conhecida como smurfing, usada para dificultar a detecção de movimentações suspeitas.